

Documento com 32 páginas preparado pelo Ministério da Saúde mostra como era o “favorecimento ilícito” na contratação de serviços do Hospital Santa Juliana, em Samambaia, feita pelo então secretário

Dossiê revela esquema de fraudes

MATHEUS MACHADO
DA EQUIPE DO CORREIO

Quarto auditores do Departamento Nacional de Saúde (Denasus), do Ministério da Saúde, que vão depor na próxima semana na Polícia Federal (PF), foram os responsáveis pela descoberta das irregularidades ocorridas durante a gestão do ex-secretário de Saúde do Distrito Federal, Arnaldo Bernardino. Eles produziram um dossiê de 32 páginas detalhando as fraudes que motivaram o governo local a trocar o comando da pasta na reforma do secretariado ocorrida na última semana.

O Correio teve acesso ao dossiê. É baseado nele que os investigadores federais iniciaram as apurações das denúncias que envolvem o ex-secretário de Saúde Arnaldo Bernardino. Na conclusão do parecer, os auditores do Denasus afirmam “que houve, de fato e comprovadamente, favorecimento ilícito na contratação de serviços de terceiros ao Hospital Santa Juliana, dentre outras práticas”. Ainda segundo o relatório, “está confirmado que recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) estão sendo desvirtuadamente utilizados para pagar internações de UTI na rede hospitalar privada, sem haver preocupação alguma em preservar o erário de cobranças absurdamente exorbitantes”.

Os auditores produziram o relatório entre os meses de junho e outubro de 2004. Nesse período, a Secretaria de Saúde do DF pagou R\$ 802 mil em internações — 27 pacientes — em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) da rede particular. Desse montante, R\$ 791 mil foram destinados ao Hospital Santa Juliana, o equivalente a 98,63% dos recursos. Do total de internações, 25 foram feitas na unidade favorecida. As outras duas ocorreram nos hospitais Santa Lúcia e Daher.

A irmã

O favorecimento da Secretaria de Saúde do GDF ao Hospital Santa Juliana não era mera coincidência. Segundo a Polícia Federal, a diretora financeira da unidade, Adaisa Alves de Moura, é irmã do ex-secretário de Saúde. O hospital, por sua vez, pertence à família de um assessor do gabinete de Arnaldo Bernardino, o médico Jorge Madeira Leite.

O documento revela que em um dos processos dos investigados pelo Denasus, a Secretaria de Saúde pagou R\$ 309 mil ao Santa Juliana para custear a internação do paciente Thiago André Pereira Lima. Depois de passar mais de 40 dias na unidade, o paciente morreu. Segundo os auditores, “estranya-se o fato da agilidade do pagamento” feito pelo governo ao hospital. No

mesmo dia, foram emitidas as notas fiscal, de empenho e ordem bancária.

Em outros dois processos, a auditoria teria reduzido o valor das despesas em alguns procedimentos cobrados pelo Santa Juliana. Mesmo assim, a secretaria ignorou a determinação e pagou as faturas integralmente. Nas duas internações os pacientes também morreram.

Os auditores também descobriram que o Hospital Santa Juliana indícios de fraude nas datas de saída e entrada das faturas ao comparar as registradas no prontuário médico do paciente. Isso ocorreu pelo menos com duas das 27 internações investigadas. No caso do paciente Joaquim Ferreira da Silva, por exemplo, foram cobrados mais três dias de internação. Curioso que ele também morreu.

Licitações

O relatório do Denasus aponta também indícios de como a Secretaria de Saúde do DF burlava a Lei de Licitações. Segundo os auditores do Ministério da Saúde, todos os processos de pagamentos apresentavam parecer da Assessoria Técnico-Legislativa sugerindo a dispensa de licitação por se tratar de casos emergenciais.

De acordo com o parecer, era assim que as fraudes ocorriam. “Nada impede que o gestor do SUS realize licitações para a compra de serviços de saúde da rede privada, pois a ‘urgência’ será sempre caracterizada. No entanto, o pretexto ‘urgência’ tornou-se um hábito, para assim, burlar a Lei de Licitações, comprovando mais uma vez, uma ato de improbidade administrativa praticada pelo Exmo. Sr. secretário de Saúde”, destaca um trecho do dossiê.

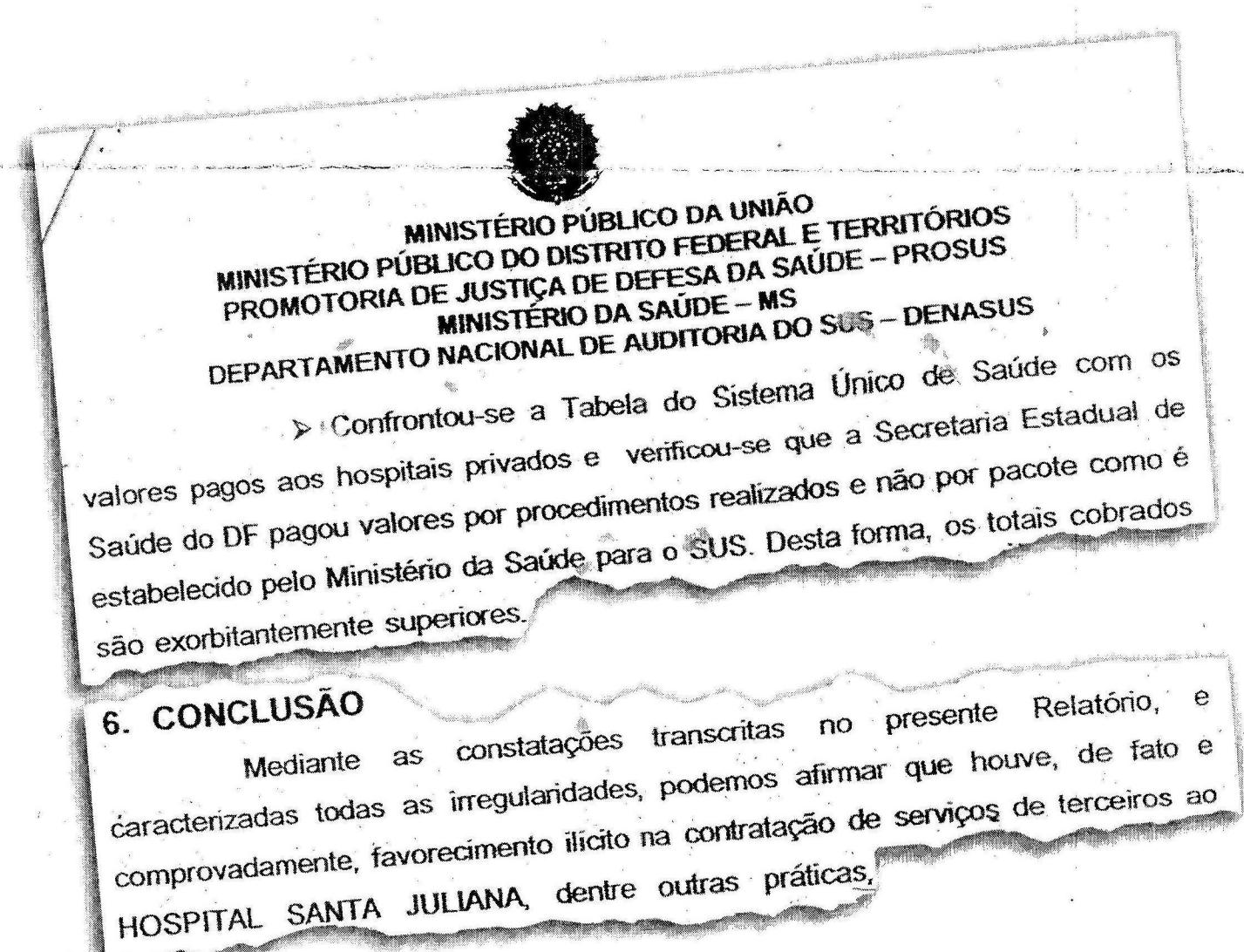
O delegado da Polícia Federal Reniton Pimentel, espera confirmar os dados do relatório com os quatro auditores do Denasus e, a partir daí, ouvir servidores dos hospitais, em especial o Santa Juliana, e servidores da Secretaria de Saúde. A princípio, o policial esperava concluir as investigações em 30 dias, mas já anunciou que solicitará a prorrogação da data. “Depois que começamos as apurações, várias denúncias chegaram até nós. Temos que analisar tudo minuciosamente”, disse.

O ex-secretário de Saúde Arnaldo Bernardino será o último a depor na PF. A Câmara Legislativa aprovou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Saúde para também apurar as denúncias. No entanto, a CPI ainda não foi instalada. Procurado, o ex-secretário Arnaldo Bernardino não foi encontrado para comentar as denúncias.

Carlos Vieira/CB/3.05



ARNALDO BERNARDINO (C) SERÁ O ÚLTIMO A DEPOR NA POLÍCIA FEDERAL SOBRE AS SUSPEITAS DE IRREGULARIDADES NA SECRETARIA



6. CONCLUSÃO

Mediante as constatações transcritas no presente Relatório, e caracterizadas todas as irregularidades, podemos afirmar que houve, de fato e comprovadamente, favorecimento ilícito na contratação de serviços de terceiros ao HOSPITAL SANTA JULIANA, dentre outras práticas.

TRECHOS DO PARECER DOS AUDITORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE CONFIRMAM QUE A SECRETARIA FAVERECIA HOSPITAL LIGADO A BERNARDINO

DIAS DE CRISE

3 de março

• A Frente Democrática protocolou um pedido de abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara Legislativa para apurar irregularidades na Secretaria de Saúde. O alvo principal dos distritais do PT, PFL, Prona, PP, PPS e PDT era o então titular da pasta, Arnaldo Bernardino. Os distritais anexaram ao requerimento um relatório do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) do Ministério da Saúde, que aponta um favorecimento da Secretaria de Saúde a um hospital particular, o Santa Juliana, localizado em Samambaia.

4 de março

• Diante das denúncias, o Ministério Público do Distrito Federal resolveu tomar providências. O procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Rogério Schietti, pediu a abertura de um inquérito na Polícia Federal (PF) para analisar as denúncias. A PF, no entanto, já havia iniciado a investigação.

7 de março

• Em meio a denúncias de favorecimento a uma instituição particular, o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, pediu o afastamento temporário das funções até a Corregedoria Geral do DF esclarecer o caso. Ele entregou uma carta à



MESA DA CÂMARA APROVOU CPI, QUE ATÉ AGORA NÃO FOI INSTALADA

governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia (PSDB), em que alegou não querer atrapalhar o trabalho de investigação dentro do

governo a respeito de supostas irregularidades na liberação de recursos públicos para o Hospital Santa Juliana.

8 de março

• Por 22 votos favoráveis e duas abstenções, a Câmara Legislativa aprovou a criação de uma CPI para apurar irregularidades na Secretaria de Saúde. O presidente da Casa, Fábio Barcellos (PFL), instalou a investigação que tinha como alvo principal os repasses de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para internações de pacientes da rede pública em UTIs do Hospital Santa Juliana.

9 de março

• As denúncias contra Arnaldo Bernardino motivaram o presidente regional do PL, deputado federal Jorge Pinheiro (DF), a afastá-lo do partido por considerar graves os indícios de irregularidades no repasse de recursos do

Sistema Único de Saúde (SUS). Pinheiro não descartou expulsá-lo da legenda, caso a comissão parlamentar de inquérito (CPI), criada na Câmara Legislativa, apontasse outros fatos graves. A CPI ainda não foi instalada.

18 de março

• O governador Joaquim Roriz (PMDB) anunciou as primeiras medidas da reforma administrativa. As mudanças começaram no secretariado, com nomeações que atendem à base governista na Câmara Legislativa. Os distritais do PFL, PP e Prona indicaram o novo secretário de Saúde, José Geraldo Maciel. Antes afastado, Arnaldo Bernardino passou a ser ex-secretário.